

SEMANÁRIO OFICIAL

Lei nº 3.059 dezembro 1990

Prefeitura Municipal de Botucatu/SP

Praça Prof. Pedro Torres, 100 - CEP 18600-900

www.botucatu.sp.gov.br - e-mail: comunicacao@botucatu.sp.gov.br



BOTUCATU, 11 DE MARÇO 2016 - ANO XXVI - 1.357 - Suplemento

DIVISÃO DE SECRETARIA E EXPEDIENTE

Republicação da Lei nº 5.791, de 16 de fevereiro de 2016, por conter erro material.

LEI Nº 5.791 de 16 de fevereiro de 2016. "Institui o Programa de Incentivo à Revitalização da 'Cecap'"

JOÃO CURY NETO, Prefeito Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o programa de incentivo à revitalização do Conjunto Habitacional Frei Fidelis (CECAP), Vila Pinheiro, Vila Santana, Vila São Benedito e Jardim Nossa Senhora da Penha, com o objetivo de incentivar a recuperação e o desenvolvimento econômico e social de suas áreas urbanas degradadas, inclusive com a valorização do espaço público.

Art. 2º Para fins desta Lei considera-se área urbana degradada a identificada e delimitada pela Administração Municipal no Anexo Único, onde os imóveis ali existentes se encontram ou não em processo de abandono, desuso, subutilização ou uso incompatível com a finalidade social da propriedade.

Art. 3º Pelo Programa de Incentivo à Revitalização, a pessoa física ou jurídica que optar por investir em qualquer imóvel nesta área, poderá ter os seguintes incentivos fiscais, a partir da apresentação da escritura pública e do projeto de construção à Administração, sem efeito

- Redução de 50% do IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano pelo prazo de cinco anos;
- Redução de 50% do ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza pelo prazo de cinco anos, quando devido;
- III Isenção do pagamento das taxas, protocolos e emolumentos relativos à aprovação do projeto de construção; expedição de alvará de construção; expedição de "habite-se" e da certidão de construção
 - §1º O disposto neste artigo fica condicionado a que:
- Investimento mínimo de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na construção ou reforma do prédio;
- A construção seja iniciada no prazo máximo de 30 dias após a aprovação do projeto, e finalizada no prazo máximo de 24 meses da mesma aprovação;
- c) A atividade comercial ou prestação de serviço tenha início até 30 dias após a conclusão da obra e perdure pelo prazo da redução do ISS;
- . Geração de pelo menos cinco postos de trabalho, com preferencia de contratação de no mínimo dois empregados residentes no local ou nos arredores, mediante solicitação escrita à Secretaria de Comércio e Serviços.

§2º Ainda que atendidos os requisitos acima, poderá a Administração Municipal não conceder o incentivo desde que verifique que o imóvel ou estabelecimento desenvolverá atividade ou utilização que evidencie não ser conveniente para os fins desta Lei.

Art. 4º O investidor interessado em obter os incentivos aqui tratados, deverá solicita-los à Administração quando da apresentação do seu projeto, declarando sua anuência às condições da presente Lei. Parágrafo único. Não será concedido incentivo para pessoas físicas ou jurídicas, inclusive seus

sócios, em débito com a Fazenda Municipal, inscrito ou não como Dívida Ativa, sendo que tal situação de adimplência deverá ser mantida ao longo do período.

Art. 5º O Secretário Municipal da Fazenda deverá ser comunicado para os fins legais e será o responsável pela concessão do incentivo, após manifestação das Secretarias Municipais de nejamento, Comércio e Serviços, Negócios Jurídicos e Governo

 $Art. \stackrel{6}{o}O a to concessivo para fruição do incentivo fiscal não gera direito adquirido, podendo ser o mesmo revisto e suspenso ou revogado, de ofício, quando comprovado que o beneficiário deixou <math display="inline">\frac{1}{2}$ de satisfazer as condições previstas nesta Lei, desde que, intimado, não regularize o necessário no

Parágrafo único. Ocorrendo a revogação, o beneficiário deverá ressarcir o valor do incentivo obtido durante o período de gozo, com os acréscimos legais.

Art. 7º Para a valorização do espaço público, inclusive para a integração do espaço urbano aos demais pontos da cidade, poderá o Poder Executivo firmar parceria com o setor privado.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência pelo prazo de 10 (dez)

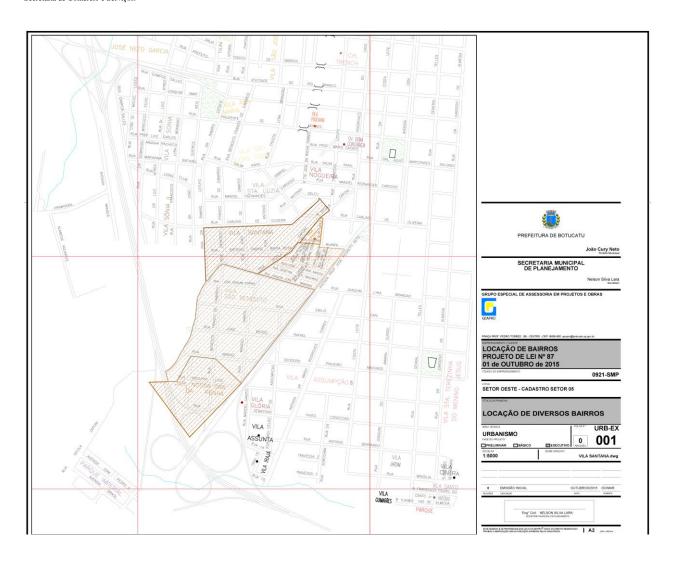
Botucatu, 16 de fevereiro de 2016.

João Cury Neto Prefeito Municipal

Registrada na Divisão de Secretaria e Expediente em 16 de fevereiro de 2016 - 160º ano de emancipação político-administrativa de Botucatu.

Rogério José Dálio

Chefe da Divisão de Secretaria e Expediente



DECRETO Nº 10.514

de 10 de março de 2016. "Disciplina a utilização de verbas públicas de despesas do Executivo no ano de 2016, com vista à legislação

eleitoral vigente".

JOÃO CURY NETO, Prefeito Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Processo Administrativo nº 7.742/2016 e considerando:

- Processo Administrativo nº 7.742/2016 e considerando:

 a necessidade de disciplinar algumas despesas públicas do Executivo neste ano eleitoral de 2016;

 o teor restritivo da legislação eleitoral quanto a diversas utilizações de verbas públicas em face à proximidade das eleições municipais, algumas das quais em vigor durante todo o ano de 2016;

 as graves cominações legais previstas pela violação daquelas restrições, sobretudo as constantes dos artigos 73 e seguintes da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a lei eleitoral permanente, DECRETA:

Art. 1º Fica proibida, durante o ano de 2016, a realização pela Prefeitura Municipal e por qualquer de seus agentes das seguintes condutas e atividades:

- II financiar ou patrocinar, integral ou parcialmente, eventos particulares de qualquer natureza, como festividades, concursos, sorteios, gincanas, shows, apresentações, corridas, competições, mostras e outros;
 III ceder ou alugar veículos de qualquer natureza, ou máquinas e equipamentos públicos para uso particular;
 III ceder ou oferecer transporte a particulares, para qualquer finalidade que não seja a prestação de serviços
- públicos; IV –

ceder, emprestar ou alugar espaços públicos, ou prédios e edificações pertencentes ao poder público para a

IV – ceder, emprestar ou alugar espaços publicos, ou predios e edificações pertencentes ao poder publico para a realização de eventos particulares, ou para qualquer utilização específica por particulares;
 V – custear ou patrocinar, integral ou parcialmente, viagens, deslocamentos, hospedagem, passagens, alimentação, transportes, diárias, ajudas de custo ou outras despesas de particulares, mesmo que representando o Município nacional ou internacionalmente;
 VI – autorizar ou assumir quaisquer despesas particulares que não decorram de contratos, convênios, a cordos ou ajustes celebrados na forma de legislação específica, à exceção de eventos já incluídos no calendário de eventos oficiais de Municífio 145 (2015).

oficiais do Município até 2015. Art. 2° O descumprimento de qualquer das proibições constantes do artigo 1º deste Decreto, sujeita o agente a

Art. 2º O descumprimento de qualquer das probiçoes constantes do artigo 1º deste Decreto, sujeita o agente a processo administrativo por falta grave, com as penalidades cominadas en lei.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botucatu, 10 de março de 2016.

João Cury Neto - Prefeito Municipal

Registrado na Divisão de Secretaria e Expediente aos 10 de março de 2016 – 160º ano de emancipação-político-administrativa de Botucatu. A Chefe da Divisão de Secretaria e Expediente,

Rogério José Dálio - Chefe da Divisão da Secretaria e Expediente

DECRETO № 10.515
de 10 de março de 2016.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

JOÃO CURY NETO, Prefeito Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os Processos Administrativos n.ºs 4.671/2016 e 7.256/2016, D E C R E T A.

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, até o limite de R\$927.500.00 (novecentos e vinte e sete mil quinhentos reais), obedecendo as seguintes fichas de despesa

Ficha	U.O.	Valor R\$
448		350.000,00
490	Cultura	490.000,00
495	1	87.500,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º será coberto com os seguintes recursos:

a) Proveniente da anulação parcial, até o limite de R\$840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), obedecendo a seguinte ficha de despesa:

**	tie nena de despesa.				
	Ficha	U.O.	Valor R\$		
	691	Cultura	840.000,00		

b) Proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de exercício de 2015, na importância de R\$87.500,00 (oitenta e sete mil quinhentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botucatu, 10 de março de 2016.

João Cury Neto - Prefeito Municipal

Registrado na Divisão de Secretaria e Expediente em 10 de março de 2016 - 160º ano de emancipação político-

administrativa de Botucatu.

Rogério José Dálio - Chefe da Divisão de Secretaria e Expediente

DECRETO Nº 10.516

de 10 de março de 2016.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

JOÃO CURY NETO, Prefeito Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os Processos Administrativos n.ºs 7.323/2016 e 7.685/2016, D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, até o limite de R\$1.145.000,00 (um milhão cento e quarenta e

οп	nil reais), obedeo	cendo as seguintes fichas de de	spesa:
	Ficha	U.O.	Valor R\$
	351	Fazenda	1.000.000,00
	178	A 1	114.000,00
		Administração	21 000 00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º será coberto com os seguintes recursos: a)Proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de exercício de 2015, na importância de

a) rovemente do superavir inianciero aputado no Balanço i atrimonia de exercicio de 2013, na importancia de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
b)Proveniente da anulação parcial, até o limite de R\$145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), obedecendo as seguintes fichas de despesa:

	Ficha	U.O.	Valor R\$	
	176		90.000,00	
	187	Administração	24.000,00	
	203		31.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botucatu. 10 de marco de 2016.

Bouleau, 10 de Inarço de 2016.

João Cury Neto - Prefeito Municipal

Registrado na Divisão de Secretaria e Expediente em 10 de março de 2016 - 160º ano de emancipação políticoadministrativa de Botucatu.

Rogério José Dálio - Chefe da Divisão de Secretaria e Expediente

DECRETO Nº 10.517

de 10 de março de 2016.

"Constitui o Conselho Municipal de Saúde"

JOÃO CURY NETO, Prefeito Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto artigo 3º da Lei Complementar nº 24/1991, alterado pela Lei Complementar nº

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.697/2004, alterado pelos Decretos nºs 6.794/2004 e 7.934/2009;

CONSIDERANDO o constante no Processo Administrativo nº 7.777/2016

Art. 1° O Conselho Municipal de Saúde, criado pela Lei Complementar nº 024, de 07 de novembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 6.697, de 26 de abril de 2004, fica assim constituído, para um mandato de dois anos:

1 – Representantes da Administração Publica (Gestores):		
Nome	Instituição	Membro
Claudio Lucas Miranda	Secretaria Municipal de Saúde	Titular
Valéria Maria Lopes Manduca Ferreira	Secretaria Municipal de Saude	Suplente
Regina Célia Soares Silva	Secretaria de Estado da Saúde	Titular
Nilton José Leão	Secretaria de Estado da Saude	Suplente
Luiz Eduardo Chechetti Ferrari	Coordenação da Atenção Primária	Titular
Rosana Trevisani Kron		Suplente

II – Prestadores de servicos vinculados ao SUS:

Vanessa dos Santos Silva	Atomožo Tomoidnio	Titular
Maria Dionísia do Amaral Dias	Amaral Dias Atenção Terciária	
Pedro Henrique Leonetti Habimorad		Titular
Elisabete Juliani Bertani	Atenção Secundária Hospitalar	Suplente

Leandro Garcia Alvarado	Atenção Secundária Ambulatorial	Titular
Edivirges Genoveva Desen Henrique	Atelição Seculdaria Alfibulatoriai	Suplente
Paulo Roberto Zanatta Machado	Atenção Primária Complementar à SMS	Titular
Oscar Antonio Gramma Hoeppner	Atenção Primaria Complementar a SNIS	Suplente
Priscila Masqueto Vieira de Almeida	Atenção Urgência e Emergência	Titular
Monica Yara Gabriel Morelli	Atenção Orgencia e Emergencia	Sunlente

III - Trabalhadores da Saúde vinculados ao SUS

Laércio José dos Santos	4: × m :::	Titular
vago	Atenção Terciária	Suplente
Marcela Pachelli Nardo	Atenção Secundária	Titular
Mariana Claudio da Silva Sartori	Hospitalar	Suplente
Marilsa Cristina Baptista Gouveia		Titular
vago	Unidades de Atenção	Suplente
vago	Primária da SMS	Titular
vago		Suplente
Rejane Henrique Machado	Atenção Primária	Titular
Fabiana Amadeu de Oliveira	Complementar à SMS	Suplente
Grazielle Venturelli dos Santos Silva	Vigilância em Saúde	Titular
vago	Vignancia em Saude	Suplente
vago	Atenção Secundária	Titular
vago	Ambulatorial	Suplente
vago	Profissionais da Saúde em	Titular
vago	formação	Suplente

IV – Representantes dos Usuários

Marcília Rosana Criveli B. Gonçalves		Titular
Luciano André Rodrigues	Sindicatos	
ů.		Suplente
go		Titular
vago		Suplente
vago		Titular
vago		Suplente
vago		Titular
vago	Conselhos de Unidade de	Suplente
vago	Saúde CONUS	Titular
vago		Suplente
vago		Titular
vago		Suplente
vago		Titular
vago		Suplente
Aparecida Gonçalves		Titular
Roberto Venancio de Deus		Suplente
vago	Portadores de Necessida-	Titular
vago	des Especiais	Suplente
vago		Titular
vago		Suplente
Benedita José da Silva		Titular
José Pedroso Bitencourt	Entidades Representativas	Suplente
Sílvio de Souza	de Moradores de Bairros	Titular
vago		Suplente
Fábio Eduardo de Souza Mena		Titular
Humberto Luiz Bellinetti		Suplente
José Dionísio dos Santos Garcia	Entidades da Sociedade	Titular
Cibele Biason	Entidades da Sociedade Civil	Suplente
vago	Civii	Titular
vago		Suplente
vago		Titular
vago		Suplente

2015

Botucatu, 10 de marco de 2016. Ioão Cury Neto

João cury viece Prefeito Municipal Registrado na Divisão de Secretaria e Expediente, aos Emancipação Político-Administrativa de Botucatu. Rogério José Dálio

 $10\,$ de março de $2016\,$ – $\,160^{\rm o}\,$ Ano de

Chefe da Divisão de Secretaria e Expediente

DECRETO Nº 10.518
de 11 de março de 2016.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

JOÃO CURY NETO, Prefeito Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Processo Administrativo n.º 7.741/2016,
DECRETA:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, até o limite de R\$2.000,00 (dois mil reais), obedecendo a seguinte ficha de despesa

Ficha	U.O.	Valor R\$
182	Administração	2.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º será coberto com o recurso proveniente da anulação

Ficha U.O. Valor R\$	ł
	ı

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botucatu, 11 de março de 2016. João Cury Neto - Prefeito Municipal

Registrado na Divisão de Secretaria e Expediente em 11 de março de 2016 - 160º ano de emancipação políticoadministrativa de Botucatu

Rogério José Dálio - Chefe da Divisão de Secretaria e Expediente

DECRETO Nº 10.519

de 11 de março de 2016

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar

JOÃO CURY NETO, Prefeito Municipal de Botucatu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Administrativo n.º 7.805/2016,

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, até o limite de R\$21.428,25 (vinte e um mil quatrocentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos), obedecendo a seguinte ficha de U.O Valor R\$

	1083	Educação	21.428,25	
2° O	crédito adiciona	l sunlementar aberto n	o artigo 1º será coberto	o com o excesso de arreca

adação do corrente exercício

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botucatu, 11 de março de 2016.

João Cury Neto - Prefeito Municipal

Registrado na Divisão de Secretaria e Expediente em 11 de março de 2016 - 160º ano de emancipação político-Registrado na Divisao de Constantia de Botucatu.

**Rogério José Dálio - Chefe da Divisão de Secretaria e Expediente